

ACTA N.º 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 27 de Junho de 2009

No dia vinte e sete do mês de Junho do ano de dois mil e nove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 30 de Abril de 2009;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso / Indicação de representante do Município de Montalegre;

4.3 – Parque de Contim / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse público: requerente, Eólica Terra Fria, S.A;

4.4 – Parque Eólico Facho – Colmeia / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse público / Requerente: Eólica terra Fria, S.A;

4.5 - Benefícios relativos à interioridade / Isenção de IMT, no âmbito do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais / Proposta;

4.6 - Pedido de isenção de pagamento da IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, nos termos do artigo 43º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, em que é requerente JOVIFOLIA – canalizações Unipessoal, Lda, com sede na Rua da Fonte, nº 19, Calvão, Chaves;

4.7 – Proposta de Adesão à Associação “Agência Regional de Energia e Ambiente do Barroso e Alto Tâmega – ASRENABAT”/ Pedido de autorização;

4.8 – Processo Administrativo nº P.A 17/2009 / Proposta de perda de mandato/ Nuno Duarte Miranda Justo/ Decisão do Tribunal Administrativo de Mirandela/ Para conhecimento;

5 – Período após a ordem do dia

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 56 (cinquenta e seis) membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Nuno Justo, Acácio Gonçalves, João Duarte, António Santos, Duarte Calhela, João Surreira, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, José Ferrage, Armando Duarte, Ricardo Moura, António Dias, António Vaz, Alberto Ferreira e João Silva.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Carla Rodrigues, Maria Sousa, Pedro Giesteira, Armando Duarte, Luís Pereira e João Fecheira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Teixeira Gomes, Manuel Sousa, Domingos Afonso e António Dias.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 30 de Abril de 2009.

A acta da sessão ordinária do dia vinte e seis de Fevereiro de 2009 foi posta à consideração, tendo os deputados Nuno Pereira e João Soares feito alguns reparos.

O deputado Nuno Pereira referiu o sentido exposto nas frases respeitantes à sua intervenção. Na página 5, na sua intervenção, ele fez uma crítica em relação ao estado de conservação da ponte da Misarela e apontou as obras que esta necessitava, mas, por outro lado, disse que se havia de separar aquilo que são críticas específicas, como é o caso da Ponte da Misarela, com as comemorações das Invasões Francesas. Isto é, não se pode utilizar o caso das obras da Ponte como pedra de arremesso contra a Câmara Municipal.

Disse ainda que, na página 8, não disse que as comemorações das Invasões Francesas deveriam ser colocadas no site da Câmara, mas sim que estas comemorações e o resultado dos colóquios que se fizessem deveriam ser publicitados e deviam ter rigor científico.

Por último, na página 9, não percebe o que está transcrito quando se diz “o deputado Nuno Pereira disse que o valor da transparência é notório nesta

Câmara e a ideologia não pode estar patente neste documento... esta situação não tem sido feita à custa dos outros ... o exemplo disso são as casas intervencionadas." O que o deputado disse efectivamente é que o desempenho da Câmara é notório e que podemos discordar das orientações que são ideológicas. Disse ainda que o estado financeiro da autarquia não tem sido feito à custa de intervenções em áreas que são estratégicas, como por exemplo a área social. A Câmara continua a fazer intervenções de relevo em certas áreas que são determinantes para o bem-estar social e isso implica o aumento da despesa.

O deputado João Soares fez um reparo à página 6, na linha nº5, na sua intervenção, onde diz que no dia 24 de Abril "aconteceu um acontecimento". Ele como professor de Português nunca teria dito isto. No penúltimo parágrafo diz que as pessoas saíram da Casa do Capitão com lágrimas nos olhos. Ele não disse isso pois não se festejou o 25 de Abril em Salto, pela primeira vez, para saudosismos, mas sim para manter a memória viva. Uma coisa é a memória, outra coisa é a saudade. Memória é um acto intelectual, é razão. Saudade é coração e emoção. Falou-se das emoções que foram vividas por pessoas presentes, sobretudo daquelas que têm no cemitério de Salto mortos da Guerra Colonial. Nisso sim, houve emoção pois evocaram-se memórias, mas não gostaria que as comemorações do 25 de Abril ficassem atreladas à palavra saudosismo.

Posta a votação a acta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conta do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Teixeira Gomes, Luís Pereira, Fátima Crespo, Acácio Gonçalves, António Leitão, Luís Carril, Francisco Surreira e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa disse que vinha acusar o executivo camarário de actuar com défice democrático muito grande. Os deputados e membros desta assembleia têm o dever de receber as informações que acham necessárias. Ao longo de várias sessões das assembleias tem vindo a perguntar quais foram as acções e em que medida é que a Cooperativa tem gasto o dinheiro do célebre protocolo e sistematicamente o Senhor Presidente da Câmara responde que tem sido bem gasto, mas não responde em quê. Ainda não conseguiu dizer quais foram as formações e promoções de produtos agrícolas que a Cooperativa faz com o dinheiro que todos os anos é entregue. Disse que todos têm o direito de saber e por isso perguntou mais uma vez como é que a Cooperativa tem gasto esse dinheiro.

O deputado Teixeira Gomes perguntou ao executivo camarário que decisões tomou em relação a uma série de propostas apresentadas por ele nesta Assembleia, como é o caso do agendamento de uma sessão para discussão da política florestal, política esta que, no nosso concelho, é aplicada por pessoas com baixa formação cultural, muitas vezes por caçadores que querem ver os sítios onde costumam caçar com pouca vegetação. Um povo que não tem vegetação e florestas é um povo condenado à miséria, à secura, à falta de água e, conseqüentemente, à pobreza.

Disse que apresentou uma série de medidas contra os incêndios florestais, nomeadamente sobre a política de realização de queimadas.

Perguntou o que se tem feito em relação à feira das colheitas que ele e o deputado Ricardo Moura apresentaram há um ano e meio atrás.

Disse que também propôs que se fizesse um debate político sobre o destino da Quinta da Veiga e sobre as suas possíveis utilizações.

Falou sobre as armas ilegais que circulam no concelho e que já muitas vezes sugeriu que se chamassem as forças de segurança para que estas fizessem mais rusgas para que se tente controlar a proliferação de armas de fogo. Uma vez mais sugere que numa próxima sessão da assembleia se agende o tema da segurança pública no concelho pois Montalegre é frequentemente notícia de jornal pelas piores razões.

O deputado Luís Pereira perguntou quem é o responsável pela limpeza das bermas da EN311, entre os limites do concelho em direcção a Boticas, e acrescentou que essa mesma estrada não está marcada o que dificulta a circulação.

A deputada Fátima Crespo perguntou quem é o responsável pela equipa de arruamentos em Vilar de Perdizes, pois anda lá uma equipa a trabalhar que está a fazer a distribuição do alcatrão de uma forma completamente disparatada porque colocam o alcatrão sem repararem no escoamento das águas. Disse que também não percebe porque é que essa mesma equipa passa numa rua cheia de buracos e não tem consciência de os tapar. Vê-se que é um trabalho má organizado e mal orientado que vai trazer muitos prejuízos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o desenvolvimento do concelho passa pelos planos que a Câmara tem traçados.

Disse que tomou conhecimento, através dos meios de comunicação social, de que foram tirados muitos kilos de lixo da Albufeira do Alto Rabagão e perguntou pela Comissão do plano de urbanização da albufeira, criado pelo Governo. Ninguém fala disto e a Câmara está a ser benevolente em relação os interesses do concelho. Existem associações por todo o lado a convidarem Montalegre para fazer parte, mas não vê os outros concelhos chamarem Montalegre para fazer parte de grandes sociedades. Disse que as Águas de Portugal foram um mau negócio para Montalegre, pois o "petróleo" de Montalegre foi cedido gratuitamente sem qualquer contrapartida.

Sobre as Águas de Trás-os-Montes, disse que sempre referiu que essa sociedade, mais cedo ou mais tarde, iria ser privatizada sem que se lhe exija

contrapartidas ou investimento em saneamentos. Temos uma gestão em que o concelho de Montalegre dá todo o seu património sem pedir nada em troca. Falou sobre uma possível associação no âmbito das energias renováveis e questiona porque é que essa associação não é feita por pessoas da terra. Chama a atenção do Presidente da Câmara para que não haja precipitações. Os interesses do concelho estão a ser preteridos.

O deputado António Leitão disse que nem o Presidente da Assembleia nem o Presidente da Câmara disseram que o registo das noras, poças e fossas tinham que ser registados e que o prazo foi prolongado por mais um ano e pede esclarecimento sobre este assunto.

Disse que na última assembleia o Presidente da Câmara disse que a estrada Solveira – Soutelinho iria começar brevemente mas gostava de saber quando está previsto o início efectivo.

O deputado Luís Carril dirigiu-se ao Presidente da Mesa lembrando que levantou anteriormente a questão do agendamento de um ponto à ordem de trabalhos relativo ao Centro Escolar do Baixo Barroso e à qual não teve resposta.

Disse ainda que solicitou, por escrito, à Mesa, resposta sobre a situação da água das Minas da Borralha e não lhe foi dada nenhuma resposta. Pergunta se têm feito análises e se foi corrigida a situação.

Disse que a CADA informou o Presidente da Assembleia de que deveria ceder as gravações das reuniões da Assembleia. No entanto, até agora não teve acesso a nenhuma gravação e gostava que lhas fizessem chegar.

Congratulou-se com o resultado das eleições europeias onde o PSD obteve uma vitória que se pode considerar expressiva.

Sobre a queixa feita pela deputada Fátima Crespo disse que é normal pois em ano de eleições cometem-se excessos.

Solicitou a intervenção da Câmara no acesso ao Parque do Moinho da Ferreira pois os esgotos estão a céu aberto.

O deputado Francisco Surreira chamou a atenção da Câmara para o facto da Rua Norton de Matos ter sido intervencionada há pouco tempo e, sendo uma rua estreita, devia haver alguns cuidados, pois deixaram um poste de electricidade dentro da estrada, em cima da curva, e, para além disso, existe um carvalho mais abaixo cuja rama tapa a estrada e a valeta já não é limpa há cerca de três anos.

Chama a atenção da Assembleia sobre o que se passa com o Ministério da Agricultura pois foi demitido o gestor do PRODOR e quem sofre são os agricultores pois o dinheiro não chega, apenas 5% foi enviado, sendo assim impossível iniciar os trabalhos. O Ministério no ano 2005 prometeu financiar os agricultores em relação à seca e até agora nada foi feito. O Ministério da Agricultura extinguiu as agro-ambientais e não são dados novos apoios.

O deputado Joaquim Pires disse que em tempos tentou arranjar-se algum perito que falasse sobre o tema das florestas, mas não encontraram ninguém

disponível. No entanto, vai tentar agendar e trazer alguém que fale sobre este assunto pois é um assunto importante.

Disse que, desde 1995, o governo se tem demitido da política florestal, ficando as associações de agricultores, as Juntas de Freguesia e os Conselhos Directivos com essa função. No entanto, estas não têm capacidade e tempo para tomar conta de assunto tão valioso.

Disse que o deputado Luís Carril falou sobre o agendamento de um ponto relativo ao Centro Escolar do Baixo Barroso, mas sendo esta questão colocada várias vezes ao Presidente da Câmara, não vê a necessidade desse agendamento.

Sobre as águas das Minas da Borralha, disse que pensava que essa resposta já tinha sido dada.

Sobre a cedência das gravações da Assembleia, disse que pensava que estas estavam a ser fornecidas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que é do conhecimento de todos que existe um protocolo com a Cooperativa para apoio aos agricultores e que foi aprovado por unanimidade pela Câmara e quando a deputada Guilhermina Costa fala de falta de transparência, deveria apresentar argumentos e questões concretas.

Disse que o deputado Teixeira Gomes falou de questões que já foram colocadas em sessões anteriores, como é o caso da política florestal, mas lembrou que a Câmara está disposta a discutir esse assunto pois há fundos comunitários que se podem aproveitar para aproveitar melhor este recurso. Há mais projectos e mais área florestada do que muita gente pensa que, na altura certa, serão trazidos à Assembleia para conhecimento.

Sobre o combate aos incêndios disse que tem de haver uma participação técnica. Existe uma política nacional e medidas no terreno, trabalhos e seminários sobre como fazer queimadas e formas de controlar os incêndios pois é um assunto que exige grande preocupação e que deve ter a participação das entidades responsáveis.

Sobre a feira das colheitas disse que foi definido que o deputado Ricardo Moura iria apresentar propostas concretas.

A Quinta da Veiga ainda não é da Câmara. Existe o compromisso por parte do Governo mas formalmente ainda não é. No entanto, se essa situação não for regularizada a Câmara pode accionar os meios legais que lhe dão esse direito, mas uma equipa especializada em património do Estado está a tratar da legalização e já lhe foi fornecido o levantamento topográfico e nas finanças já está a ter seguimento.

Sobre a segurança pública disse que existe um Conselho Municipal de Segurança e as chamadas de atenção e alertas são feitas, por parte da Câmara Municipal, com alguma frequência. No entanto, agradece sugestões que sejam importantes para que sejam expostas às autoridades responsáveis.

Sobre a estrada 311, disse que vai tomar nota pois justifica-se que seja limpa todos os anos, mas salientou que há três máquinas limpa-bermas a fazer limpeza pelo concelho todo.

Sobre a intervenção feita pela deputada Fátima Crespo, disse que nunca se altera o curso das águas e a equipa ainda está em Vilar de Perdizes e facilmente se resolve o problema.

Sobre o Plano de Ordenamento da Albufeira disse que está em curso e espera-se o resultado de uma proposta já apresentada há muito pela Câmara.

Disse que não há nenhum investimento feito em termos de energias renováveis que não passe obrigatoriamente pela EHATB, e todos os municípios cumprem.

Sobre a barragem de Beça, disse que o Município de Montalegre não tem participação pois é um projecto feito há pelo menos 20 anos, não estando enquadrado na EHATB, que ainda não existia.

Sobre o pedido de contrapartidas às Águas de Trás-os-Montes, disse que não há justificação de compensação pois muita gente não sabe o investimento colossal que é feito na água e no saneamento. E a água, a pertencer a alguém, seria à EDP que a armazena.

Disse que os documentos da Assembleia são mandados nos prazos legais pois as datas cumprem-se e as leis também.

Sobre a questão da legalização dos poços, noras e fossas disse que é uma questão pertinente, mas é uma exigência do Ministério do Ambiente e a Câmara vai prestar todo o apoio, fazendo de intermediária.

Disse que a estrada de Soutelinho não vai ser feita neste mandato, mas vai fazê-la no próximo. Para já vai fazer-se a ponte da Assureira.

Sobre a qualidade da água das minas da Borralha, disse que regularmente são feitas as análises devidas.

Sobre o esgoto do Moinho da Ferreira, disse que já está resolvido, mas que vai averiguar se o trabalho foi bem feito.

Em relação à vitória do PSD nas eleições europeias disse que o PS perdeu em Montalegre, mas teve o melhor resultado a nível do distrito de Vila Real e o PSD teve o pior ou dos piores.

Sobre as questões da agricultura, disse que são delicadas mas são problemas da Política Agrícola Comum. A agricultura gasta mais dinheiro do que o Ministério da Saúde e da Administração Interna juntos. Para onde vai o dinheiro? Não é para os agricultores? O que estará é mal distribuído.

O deputado Teixeira Gomes propôs o agendamento de um ponto para discussão numa próxima sessão da Assembleia, sobre a Segurança Pública no concelho de Montalegre.

“Proposta de agendamento: renovando uma iniciativa minha, anteriormente apresentada, venho propor que numa próxima assembleia seja agendado um debate sobre Segurança pública no concelho.

Como todos sabem, Montalegre é frequente notícia nos jornais sobre crimes com armas de fogo. É do conhecimento de todos nós que existem muitas armas ilegais na posse dos barrosões. É tempo de acabar com esta situação e, por isso, proponho que se debatam as medidas a tomar com a GNR e o Ministério Público.

Desde já, proponho que a Câmara proceda junto do comando da GNR para que as rusgas à porta de cafés e discotecas passem a ser mais frequentes (no mínimo, mensais) e que seja passado mandado judicial para que a GNR possa

pesquisar armas nas regulares operações STOP. Montalegre, 27 de Junho de 2009. Assinado, José Teixeira Gomes.”

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, António Leitão, Fátima Crespo e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa perguntou concretamente qual é o objecto do protocolo com a Cooperativa e como o Presidente se recusa a esclarecer conclui que é simulação de contrato.

O deputado António Leitão perguntou se os poços pequenos também precisam de registo, pois disseram-lhe que só os grandes é que necessitavam.

A deputada Fátima Crespo disse que se há alguém que não pode reclamar é o deputado Luís Carril, pois Salto foi contemplado com várias obras. Sobre as obras em Vilar de Perdizes, disse que a equipa que lá trabalha é que não faz o trabalho bem feito pois há pelo menos uma valeta que não foi respeitada. A equipa já foi alertada e até agora nada fizeram para remediar a situação. Pensa que é uma crítica construtiva pois o trabalho deve ser vigiado.

O deputado Joaquim Pires disse que a ida à Assembleia da República ficou marcada para o dia 14 de Julho e todos os interessados devem fazer a sua inscrição no secretariado.

Disse que a Câmara devia apoiar mais os agricultores, a nível de sanidade animal, pois continua a ser o sector principal no nosso concelho. A Câmara deveria empenhar-se mais neste assunto e chamar as instituições responsáveis para prestarem contas.

Disse que a floresta também nos deve preocupar pois não temos alternativas económicas e espera também que sejam tomadas medidas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que há duas associações que fazem sanidade animal e fiscalizar esse serviço não cabe à Câmara. Compreende que o serviço possa ser questionado, mas as instituições têm que ter as suas próprias responsabilidades. A Câmara gasta muito dinheiro no apoio aos agricultores e na promoção dos seus produtos. Não há privilégio das instituições. Apoiamo-las a todas.

Disse ainda que vai mandar uma circular para as juntas de Freguesia a indicar normas públicas sobre a legalização dos poços.

Disse que a deputada Guilhermina Costa não devia misturar questões pessoais com o interesse geral, pois o dinheiro que é transferido para a Cooperativa e para a Associação do Barroso e Alto Tâmega é dinheiro para apoiar os agricultores do concelho.

Inscreveram-se para terceira intervenção os deputados Teixeira Gomes e Francisco Surreira.

O deputado Teixeira Gomes disse o Presidente da Câmara devia certificar-se como é que o dinheiro dado às associações está a ser utilizado pois ele já ouviu

histórias de agricultores que chamam o veterinário municipal e que este cobra dinheiro pela consulta.

Disse ainda que a Câmara deve informar-se como está a ser gasto o dinheiro do protocolo com a Cooperativa e que esse assunto deve ser público.

Propôs que, por exemplo, um agricultor chame o veterinário, este, por sua vez, passa um recibo, o agricultor traz esse recibo à Câmara e é-lhe paga a despesa. Perguntou o que é que a Câmara está a pensar fazer da Quinta da Veiga. Sugeriu que se promova o intuito da investigação. A criação de uma empresa jovem, que dê emprego a várias pessoas e que lance novos produtos, novas tecnologias. É aqui que está o futuro de Montalegre.

O deputado Francisco Surreira, em relação à sanidade animal, disse que as associações locais já fazem a sanidade animal. Chaves aceitou a OPP, elabora um calendário e nesses dias deslocam-se a Montalegre. Neste momento não existe nenhum animal no concelho que não esteja saneado.

O Senhor Presidente da Câmara disse que concorda com o controlo dos dinheiros públicos, mas tem a certeza que o dinheiro que vai para as associações da lavoura está ser bem gasto. Os agricultores sabem disso.

Sobre o protocolo, disse que este é público. Basta pedir cópias e se acharem que o apoio deve ser suspenso e se a Assembleia decidir, a Câmara cumpre. Mas lembrou que há outra associação com quem há o mesmo tipo de protocolo.

Sobre a Quinta da Veiga, disse que já explicou a sua opinião várias vezes, mas na altura da tomada de decisão efectiva, promete que vai ser feita com sentido de responsabilidade.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Guilhermina Costa, Nuno Pereira e Luís Carril.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que este ano foi o pior ano do mandato PS e perguntou se os saneamentos de Vila Nova, Sidrós e Ferral vão ser feitos antes ou depois das eleições.

Disse que o Presidente da Câmara trata a oposição com arrogância e esta não nos leva a lado nenhum.

Acrescentou ainda que estando no fim do mandato, o Presidente da Câmara não deveria contrair mais dívida.

A deputada Guilhermina Costa deu os parabéns à Câmara pelo investimento feito a nível cultural, nomeadamente a peça de teatro, a noite de fados e o Ecomuseu. Disse que devia haver mais investimentos deste tipo.

Falou de um mau exemplo de investimento que é as corridas na pista automóvel de Montalegre e pergunta qual é o retorno que a pista dá.

Perguntou ainda se o apoio que a Câmara dá à Coagrimonte ainda é de 200 mil euros.

O deputado Nuno Pereira disse que as alterações e diminuição da dívida se deve ao facto de se ter trabalhado para arranjar os respectivos financiamentos.

Disse que por vezes as pessoas são incapazes de avaliar a realidade por questões de egocentrismo, sem se aperceberem que é preciso avaliar a realidade globalmente e perceber que é preciso ter equilíbrio no interior do Município.

Disse que a questão da agricultura é grave e as denúncias feitas pela deputada Guilhermina Costa deviam ser esclarecidas, começando pela renegociação do protocolo com o argumento de que foi colocada em dúvida a legitimidade e transparência do processo.

O deputado Luís Carril falou sobre o protocolo com a Cooperativa e disse que se verifica que há um problema em falar deste mesmo protocolo.

Perguntou ainda qual o valor total da pista automóvel.

O Senhor Presidente da Câmara disse que sempre falou dos saneamentos com responsabilidade e há cerca de seis meses disse que era a altura certa para os fazer, se houvesse oportunismo político, porque a factura viria depois. Mas não o faz porque queria saber quais eram os encargos. Vão avançar agora porque estão garantidos pelos fundos Comunitários.

Sobre os empréstimos, disse que vai fazer a vontade à oposição. Não vai contrair mais empréstimos antes das eleições. Vai a votos com a consciência tranquila e com vaidade pois foram feitas obras que nunca imaginaram. Mas depois das eleições, aí fica a promessa que então sim, haverá mais empréstimos para complementar os projectos comunitários que conseguirmos e para fazer o que faz falta.

Referiu que existem investimentos avultados como a urbanização da sede do concelho, a urbanização e modernização da Vila de Salto, a alteração das escolas com cobertura a 100% do pré- escolar e os apoios sociais que os alunos têm em todo o concelho, que são digno de apreço. Na área do ambiente, no saneamento, nunca houve intervenção igual, com quilómetros de condutas e centenas de colectores em todo o lado. A promoção e a cultura são investimentos grandes nunca antes feitos e o seu resultado é evidente.

Disse que não vai dinheiro nenhum para o matadouro e o dinheiro que vai para a Cooperativa é no âmbito do protocolo.

Sobre os custos da pista, disse que vai averiguar, mas garante e informa que todos os anos se irá realizar o Europeu de Ralicross e a pista de velocidade vai dar rentabilidade à pista.

Disse que a Câmara de Montalegre tem fama das que melhor pagam a nível do país e isso é motivo de orgulho.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e Nuno Pereira.

A deputada Guilhermina Costa disse que é incorrecto o comportamento do deputado Nuno Pereira pois o que ela tem feito é pedir informações e não fazer acusações.

O deputado Nuno Pereira falou de uma Câmara que devia 250 milhões de euros e 98% das suas crianças não tinha acesso ao pré- escolar e realçou que é melhor ter dívida mas, com cobertura do pré- escolar a 100% do que qualquer obra feita.

Disse que não faz coacção a ninguém, o que disse é que a Câmara deveria rever o protocolo pois é uma acusação muito grave dizer que se trata de um contrato simulado.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso / Indicação de representante do Município de Montalegre.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

A Bancada do Partido Socialista propôs a candidatura da deputada Fátima Crespo, não havendo mais propostas.

Deliberação: a candidatura foi aprovada, por escrutínio secreto, com 44 votos a favor, 5 votos “brancos” e 1 voto contra.

4.3 – Parque de Contim / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse público: requerente, Eólica Terra Fria, S.A.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Teixeira Gomes e António Ferreira.

O deputado Teixeira Gomes disse que gostava de saber o que é considerado interesse público, mas tem a certeza que esta perante o negócio do século. Gostava de ter a garantia de que os Barrosões vão ganhar com este negócio. Não se deve tomar uma posição sem que os contratos sejam analisados por advogados, pois o que Montalegre ainda tem para vender são os montes altos e a água.

O deputado António Ferreira disse que concorda com o deputado Teixeira Gomes, pois devem-se analisar bem os contratos que se assinam, mas

pergunta-se qual será a contrapartida ou prejuízos que Montalegre terá com a instalação das eólicas.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Teixeira Gomes e Manuel Duarte.

O deputado Teixeira Gomes disse que o que o preocupa é como é que se vai vender a perda de paisagem. Pede desculpa pela desconfiança, mas gosta de precaver as situações para que não aconteça o que aconteceu no passado com a EDP, na albufeira dos Pisões.

O deputado Manuel Duarte disse que é a favor de que se aproveitem os recursos mas as Juntas de Freguesia não recebem nada em troca e estas deviam ser contempladas com alguma ajuda financeira.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não tem preconceitos contra grandes negócios e os donos dos grandes negócios são os senhores do dinheiro, quem pode concorrer a concursos públicos internacionais. E só isso é que garante a ligação à rede.

Outro grande negócio é a venda dos terrenos. À Câmara dão-lhe 2,5% sobre a produção e ainda tem 20% de lucro por ser sócia da empresa EHATB. É um excelente negócio. Não voltamos a ter negócios como este.

O deputado Paulo Cruz apresentou a seguinte declaração de voto: "Declaração de Voto relativa aos Pontos 4.3 e 4.4, foi votado, em Sessão Ordinária do dia 27 de Junho de 2009, os Pedidos de Declaração de interesse público do Parque Eólico de "Contim" e "Facho". Votei favoravelmente estes pontos que, de resto, foi aprovado por unanimidade, o mesmo é dizer, com os votos favoráveis dos grupos parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE. Quero, no entanto, dada a sensibilidade da questão, apresentar a seguinte declaração de voto. A produção de energia renovável na nossa Região é um factor positivo que não pode ser desvalorizado. Contudo, sabemos também que, nesta matéria em particular, são directamente afectados alguns dos cumes e encostas das nossas serras, essas mesmas que, em termos de investimento ou atenção dos Barroões, não só têm sido muitas vezes esquecidas, como também têm visto boa parte dos seus recursos naturais delapidados, recursos esses, que são um factor diferenciador deste território ímpar. Assim, em tempo oportuno, após ter sido tornado público o propósito de alargar o número de Parques Eólicos, foi por mim sugerido nesta Assembleia Municipal, no sentido de preservar o património natural e minimizar as eventuais consequências da implantação de infra-estruturas, a delimitação em PDM dos locais onde se deveriam edificar e a necessidade das Entidades Gestoras (privadas) intervirem activamente na protecção ambiental. Sabemos, por outro lado, que estes empreendimentos têm um rendimento considerável, na ordem dos milhões de euros anuais que, de todo, não se têm reflectido devidamente no dia-a-dia da nossa população, assim como no Orçamento da Câmara e de todas as Juntas de Freguesias. Esta fonte de receita deve ser, sem qualquer favor, devidamente aproveitada pela nossa Região. Sugeri então a constituição de uma Entidade Público – Privada,

de interesse municipal, para administrar o parque eólico e trazer ao município receitas, dando-lhe assim maior aptidão ao desenvolvimento da nossa Região; Como foi manifestado na minha intervenção e na declaração de voto que apresentei nesta mesma Assembleia de 24/04/2008, "o Interesse Municipal, com os valores acordados, é evidente que está garantido. Contudo, é patente que melhor ficava, se a sugestão supra referida fosse implementada". Esta evidência inquieta um crescente número de Barroões se não for devidamente analisada no sentido de estabelecer uma correcta proporcionalidade nos interesses – privados e municipais – aqui envolvidos. Pois, até agora, isso não se tem verificado. Pelas razões expostas, e porque, acima de tudo, deve ser o interesse de Barroso a nortear a nossa actividade, entendo dever salvaguardar e defender esta opinião, apresentando, para o efeito, a presente Declaração de Voto. O deputado, Paulo Cruz."

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.4 – Parque Eólico Facho – Colmeia / Pedido de declaração de reconhecimento de interesse público / Requerente: Eólica terra Fria, S.A.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril perguntou se se pode estagnar o processo, protestando com o facto do Governo levar o dinheiro.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a EHATB tem Know-how. Pode bloquear, mas não pode impedir. E o que nos interessa é o investimento e que comece a produzir rapidamente porque 20% são nossos.

Deliberação: a proposta aprovada por unanimidade.

4.5 - Benefícios relativos à interioridade / Isenção de IMT, no âmbito do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais / Proposta.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Nuno Pereira.

O deputado Nuno Pereira perguntou se há um regulamento que defina as regras.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta está de acordo com o previsto na lei, tendo sido aprovada pelo executivo.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e uma abstenção.

4.6 - Pedido de isenção de pagamento da IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, nos termos do artigo 43º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, em que é requerente JOVIFOLIA – canalizações Unipessoal, Lda, com sede na Rua da Fonte, nº 19, Calvão, Chaves.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Teixeira Gomes e Guilhermina Costa.

O deputado Teixeira Gomes disse que se está a cair nalguma confusão porque desde que a proposta seja aprovada em Assembleia, pensa que actos futuros não têm necessidade de vir a este órgão. O executivo decide.

Perguntou se a empresa que terá sede na Rua Senhor da Piedade, não está dentro da área do PDM.

A deputada Guilhermina Costa propôs à Assembleia que estas situações fiquem isentas de IMT pois é uma forma de cativar investidores e cativar as pessoas a permanecer no concelho, sempre com a condição do proponente transferir a sede da empresa para Montalegre.

Os deputados Guilhermina Costa e Luís Carril apresentaram duas declarações de voto.

A deputada Guilhermina Costa apresentou a seguinte declaração de voto: " Ao ponto 4.6 da Ordem de Trabalhos, a membro da Assembleia Guilhermina Costa, votou favoravelmente este ponto, sempre no pressuposto de que os critérios de Comissão da isenção do IMT aprovados no ponto anterior terão que ser cumpridos.

Não faz sentido impedir ou atrasar a instalação de uma empresa no concelho, por causa de uma falsa questão de ilegalidade. Assinado, Guilhermina Costa."

O deputado Luís Carril apresentou a seguinte declaração de voto: "Ponto 4.6 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Ordinária da Assembleia Municipal: dado que a empresa não tinha conhecimento, por falta de legislação, das regras que só foram aprovadas no ponto anterior desta assembleia; sem local físico, não pode criar a sede; se vão criar postos de trabalho; que se vai criar actividade económica no concelho; o investimento pode ser colocado em causa por esta nossa decisão, que só pode ser novamente ponderada na próxima assembleia. Propus: aprovação condicional, ao ajuste das condições de candidatura ao regulamento agora aprovado. Votei a favor por não ser levada em consideração, apresentei esta declaração de voto. Assinado, Luís Carril."

Deliberação: o pedido foi rejeitado por maioria com seis votos a favor e três abstenções.

4.7 – Proposta de Adesão à Associação “Agência Regional de Energia e Ambiente do Barroso e Alto Tâmega – ASRENABAT”/ Pedido de autorização.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Teixeira Gomes.

O deputado Teixeira Gomes disse que as Câmaras do Alto Tâmega andam distraídas e deixam que venham pessoas de fora ganhar com os bens da região.

Disse ainda que o documento estava mal redigido sobretudo a minuta da constituição da associação, havendo erros de português. Acrescenta que não leu no documento que esta associação iria prestar serviços de certificação energética dos edifícios.

Disse que este é um grande negócio e só acha necessária a criação desta associação para o caso de ser obrigatório para a certificação dos prédios e aproveitamento de fundos comunitários.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a associação vai ganhar o que as câmaras quiserem porque as câmaras vão ter a maioria e vão dirigir a agência e quem vai ter a maioria vai ser o Alto Tâmega porque a agência vai ser instalada na região. Trata-se de um instrumento obrigatório, legal para aceder a fundos comunitários para poder prestar serviços e desenvolver uma série de actividades ligadas a esta área.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

4.8 – Processo Administrativo nº P.A 17/2009 / Proposta de perda de mandato/ Nuno Duarte Miranda Justo/ Decisão do Tribunal Administrativo de Mirandela/ Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
